

A PRÁTICA MUDIÁTICA E A
HISTÓRIA: EM FOCO, O
SUJEITO INDÍGENA NO
SÉCULO XXI

*THE MEDIATIC PRACTICE
AND HISTORY: IN XXI
CENTURY” POR “IN THE 21ST
CENTURY*

Maria Luceli Faria Batistote
(UFMS)¹

Caroline Hermínio Maldonado
(UFMS)²

RESUMO: Neste trabalho examinamos a prática midiática correlacionada aos aspectos históricos, no intuito de problematizar os sentidos discursivos sobre a construção da

¹ Docente dos Programas de Pós-graduação: Mestrado em Comunicação e Mestrado em Estudos de Linguagens - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande/MS/Brasil, email: lucelibatistote@hotmail.com

² Aluna do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* - Mestrado em Comunicação - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande/MS/Brasil, Bolsista CNPq, email: maldonadoreis@gmail.com

identidade do sujeito indígena. Tomamos como *corpus* um texto sincrético, veiculado no *Jornal Correio do Estado*, no ano de 2009, que apresenta além do texto verbal, uma fotomontagem, na qual um jovem indígena aparece dividido, verticalmente, ao meio; de um lado, vestido com terno e gravata e, de outro, com um traje feito de fibras de buriti, típico da etnia Terena, usando, ainda, cocar, colares e pintura em parte do rosto. Para a análise, utilizamos noções da Semiótica francesa, mais especificamente, a semântica discursiva, no que tange a tematização e figurativização, buscando, à medida do possível, perceber na junção da expressão com o conteúdo o processo de textualização e os efeitos de sentido oriundos desse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Mídia. História. Semiótica francesa.

ABSTRACT: In this study we examine the mediatic practice related to the historical aspects in order to problematize the discursive meanings of the construction of the indigenous subject's identity. We take as a corpus one syncretic text, published in *Correio do Estado*, in 2009, which presents, beyond the verbal text, a photo montage, in which a young Indian appears divided vertically in half, on one side, dressed in suit and tie and, on the other, with a costume made of buriti fiber, typical of the ethnicity of Terena, and wearing a headdress, necklaces and painting on the face. For the analysis, we employ the notions of French Semiotics, more specifically, the discursive semantics, in regard to the thematization and figurativeness, seeking, whenever it is possible, the textualization process and the meaning effects resulting from the links between expression and content.

KEYWORDS: Discourse. Media. History. French Semiotics.

Introdução

Os problemas relativos à terra, fome e violência, decorrentes de conflitos e exclusão dos povos indígenas pelo próprio corpo social, teimam em

subsistir. E os índios, seres humanos não reconhecidos como tais, configuram-se como um produto dos tempos atuais, eles são refugos humanos (AGAMBEN, 2002).

Neste trabalho examinamos a prática midiática correlacionada aos aspectos históricos, no intuito de problematizar os sentidos discursivos sobre a construção da identidade do sujeito indígena no estado de Mato Grosso do Sul. Observar as representações sobre os povos indígenas veiculadas na imprensa regional possibilita um entendimento da “produção” da diferença que marca a trajetória histórica dos indígenas, no Mato Grosso do Sul, ou seja, entender como veem sendo “fabricados” e “produzidos” (SILVA, 1995, p. 198), no passado e no presente, os discursos sobre os índios. Desse modo, é possível conhecer e compreender algumas das diversas formas de sustentação de estereótipos locados no imaginário social a respeito da figura do índio.

O texto selecionado para a análise foi extraído do Jornal Correio do Estado, fundado em 1954, pelo grupo de mesmo nome, criado pelo jornalista e professor José Barbosa Rodrigues. O jornal impresso foi fundado 25 anos antes da divisão do então estado de Mato Grosso e criação de Mato Grosso do Sul, cuja capital, Campo Grande, abriga sua sede, atualmente.

Para a análise, utilizamos noções da semiótica francesa, mais especificamente, a semântica discursiva, no que tange a tematização e figurativização, buscando estabelecer, à medida do possível, relações semissimbólicas entre as categorias dos planos de conteúdo e de expressão.

1. Considerações teóricas

Dentre as teorias que tratam do texto discursivo, encontramos a semiótica francesa, instituída por Algirdas Julien Greimas, também conhecida como semiótica greimasiana ou discursiva. Ao buscar

“descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz” (BARROS, 2005, p. 11), essa Semiótica não se interessa em questionar o porquê do texto dizer o que diz. A semiótica de Greimas firma suas bases no estruturalismo linguístico de Hjelmslev, na antropologia estrutural de Lévi-Strauss, na teoria formalista do conto de Propp e também na teoria das situações dramáticas de Etienne Souriau (DIAS; PINTO, 2003).

A fim de elucidar o objetivo da semiótica, Fiorin (1999, p. 179), explica que “enquanto a Semiologia buscava descrever sistemas de signo, [...] a Semiótica visa a compreender o sistema de diferenças responsáveis pela produção de sentido de um texto”, ou seja, trata-se de uma teoria que se importa, sobretudo, com a significação. Fiorin (op. cit., p. 178) recorre à Greimas para sustentar a importância do estudo da significação, que é considerado um denominador comum das ciências humanas, “a ponto de o mundo humano definir-se ‘essencialmente como um mundo de significação’, de só poder ‘ser chamado ‘humano’ na medida em que significa alguma coisa””. Pelo mesmo viés, Hall (2004, p. 40) argumenta que a língua não é um sistema individual e sim um sistema social, preexistindo a nós, ou seja, “falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais”.

A semiótica francesa propõe-se como uma teoria gerativa, mas também sintagmática, já que seu escopo é estudar a produção e a interpretação de textos, e geral, porque se interessa por qualquer tipo de texto, quer se manifeste verbalmente ou não. É apenas depois de examinar o plano do conteúdo (sob a forma do percurso gerativo), fazendo, por conseguinte, abstração da manifestação, que a semiótica se volta para as especificidades da expressão e sua relação com a significação. As estruturas textuais, no entanto, constituem um domínio de pesquisas autônomas (desenvolvidas pela linguística textual, entre outras), situando-se fora do percurso gerativo propriamente dito.

Outro aspecto importante na análise, a partir dessa perspectiva teórica, é a conjuntura na qual o texto se insere, uma vez que, conforme Barros (op. cit., p.12), necessário se faz analisá-lo em relação ao contexto sócio-histórico que o envolve, pois somente “encontra seu lugar entre os objetos culturais, inserido numa sociedade (de classes) e determinado por formações ideológicas específicas”.

É importante destacar que usar o percurso gerativo de sentido como instrumental de análise não implica trabalhar todos os níveis com igual interesse e profundidade. Assim, cabe observar como Fiorin (1994, p.10) que um texto pode destacar mais um nível do que outro, mais um componente do que outro e é sobre esse aspecto mais explorado que a análises deve centrar-se.

Fizemos a opção pela semântica discursiva, com foco na tematização e figurativização, do nível discursivo do percurso gerativo de sentido, considerando a produtividade desses conceitos para a análise de nosso *corpus*.

Nesse sentido, cabe acrescentar que do ponto de vista sintático, os procedimentos de *colocação em discurso*, que entram em jogo na instância da enunciação (os procedimentos de actorialização, espacialização e temporalização), levam, graças aos mecanismos de debreagem e de embreagem, à constituição de unidades discursivas. O processo de discursivização não existe, assim, sem a instauração de pessoas, espaços e tempos, procedimento que permite inscrever as estruturas narrativas – de natureza lógica – em coordenadas espaço-temporais e de converter os actantes em atores discursivos (GREIMAS & COURTÈS, 1993, p. 379-80). A sintaxe do discurso compreende ainda os procedimentos que o enunciador utiliza para persuadir o enunciatário a aceitar o seu discurso. O fazer-creer é, para a semiótica, um componente determinante do processo comunicacional. Por essa razão, a argumentação adquire um relevo muito grande na teoria. Já no âmbito da semântica, novos investimentos vão acompanhar essa reorganização sintagmática. Um

percurso narrativo dado pode, então, ser convertido, por ocasião da sua discursivização, seja em um percurso temático, seja, numa etapa posterior, em um percurso figurativo. Isso quer dizer que todos os textos tematizam o nível narrativo, isto é, revestem os esquemas narrativos abstratos com temas, podendo, em seguida, concretizar ainda mais o nível temático, revestindo-o com figuras. Assim, se a concretização parar no primeiro nível, teremos textos compostos *predominantemente* de temas (isto é, de termos abstratos, que organizam, classificam, categorizam os elementos do mundo natural); se vier até o segundo, teremos textos constituídos *preponderantemente* de figuras (ou seja, de termos concretos, que possuem, portanto, um correspondente perceptível no mundo *natural*, quer seja este dado ou construído). Cada um desses tipos de texto tem, pois, uma função diferente: os temáticos explicam o mundo; os figurativos criam simulacros do mundo.

Nas análises depreendemos as figuras que revestem as temáticas que subjazem ao corpus selecionado, conforme demonstrado no item 3. A seguir, tecemos algumas considerações sobre o contexto no qual o indígena encontra-se inserido.

2. Algumas palavras sobre o contexto indígena

Cabe aqui retratar, ainda que brevemente, o panorama no qual a reportagem mencionada foi veiculada, trazendo o tema da relação entre identidade indígena, passado, presente e futuro; com ênfase no uso de novas tecnologias e disputas, possivelmente, territoriais. O estado de Mato Grosso do Sul possui uma das mais significativas populações indígenas do país, totalizando 73.295 pessoas das etnias Guarani-Ñandeva, Guarani-Kaiowá, Terena, Kadiwéu, Kinikinau, Guató, Ofaié e Kamba, perdendo apenas para o estado do Amazonas, que reúne 168.680 indígenas, segundo dados do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³. Essas famílias vivem em uma região, na qual predomina

um “forte sentimento anti-indígena”, agravado pelos conflitos territoriais, segundo Brand; Nascimento e Urquiza (2009, p. 393).

Os conflitos atuais entre índios e latifundiários são resultado de um processo de colonização, iniciado em 1892, que gerou o que Brand (1997, p. 91) caracteriza como “confinamento” dos indígenas das etnias Kaiowá e Guarani. Primeiramente o Governo Federal concedeu a Companhia Matte Larangeira uma extensão de terra para a exploração da erva-mate, que foi sendo ampliada com os anos, até alcançar extensão de 5.000.000 ha. Com o fim do ciclo ervateiro, em 1941, no governo de Getúlio Vargas, foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Para promover o desenvolvimento da região o Governo concedeu títulos de propriedade a colonos. Estes dois momentos foram responsáveis pela expulsão dos indígenas de suas terras tradicionais (BRAND, 1997).

Entre 1915 e 1920, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criou reservas para as quais, conta vontade, foram levados os indígenas, que reivindicavam suas terras, agora ocupadas por não-índios, que implantavam as primeiras fazendas de gado. Em 1990, inicia-se o avanço da agricultura mecanizada, com a monocultura de soja, cana e milho. Nesta ocasião, os indígenas que ainda residiam em pequenas áreas de mata nativa foram descobertos e obrigados a se retirar (BRAND, 1997).

A Constituição Federal de 1988, além de assegurar o direito dos índios de reaver seus territórios tradicionais, estabeleceu um prazo de cinco anos para que ocorresse a regularização fundiária. Hoje, com a “febre do biocombustível” se torna cada vez mais difícil um acordo entre o estado, comunidades indígenas e aqueles que têm títulos legítimos das terras. O caso é tão complicado, que tem gerado conflitos armados, que já resultam em mortes de vários indígenas, as quais os Guarani Kaiowá, ao se defenderem, por meio de seu órgão representativo⁴; classificam como genocídio e/ou etnocídio.

Além dos Guarani Kaiowá, indígenas de certas comunidades, pertencentes a outras etnias também seguem reivindicando por seus territórios originais, como é o caso dos Terena. Vê-se, portanto, que existem múltiplos casos de disputas territoriais em Mato Grosso do Sul, bem como diversas etnias. Hall (2004, p. 62) explica que “a etnia é o termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais – língua, religião, costume, tradições, sentimento de ‘lugar’ – que são partilhadas por um povo”, ou seja, embora seja aceito o termo “indígena” para se referir a estas populações é preciso reconhecer que não se trata de um único povo.

No entanto, nota-se que muitas das reportagens dos jornais regionais, a exemplo das contidas no suplemento ao qual este trabalho faz análise da capa, frequentemente, apresentam os indígenas como sendo um único povo, com uma única cultura; que estaria sendo suplantada, por conta do simples fato de alguns indígenas viverem nas cidades e não mais nas reservas ou aldeias, fazendo uso dos mesmos recursos da “sociedade branca”. Isso fica evidente, por exemplo, quando os textos são acompanhados de fotografias que mostram pessoas de outra etnia, que não a mencionada na notícia ou reportagem.

Antes, porém, de iniciarmos as análises, consideremos as afirmações de Limberti (2012, p.54):

A exposição intensa e ininterrupta à cultura não-índia faz com que os índios sofram uma alteração em sua identidade, perdendo muitos dos caracteres – que, num conjunto, realizam o reconhecimento de sua individualidade – e ganhando outros que, isolados e opostos, neutralizam o sentido de seus traços distintivos.

O confronto cultural apresenta um novo mundo que não é o deles, com sentido totalmente diverso que se opõe ao deles. Alterando seus valores de ordem existencial, tímica ou estética, torna ridículo o que era sagrado, vergonha o que era orgulho, sobrevida o que era vida.

As características culturais específicas do sujeito indígena parecem que se apresentam como ameaçadas no processo de

modernização. A transformação nem sempre vem acompanhada de ganhos e enriquecimentos para alguns.

Após breves relatos sobre o contexto indígena, detemos nosso olhar para o texto sincrético.

3. A imagem estereotipada: uma possível análise

Nessa ótica, o foco analítico do nosso trabalho refere-se, especificamente, ao texto sincrético, apresentado a seguir, publicado no *Jornal Correio do Estado*, no ano de 2009.

Importa destacar, que esse texto é tido como sincrético por conter um parágrafo grafado na capa de um suplemento especial, acompanhado de uma fotomontagem, ou seja, o discurso, em sua completude, é possível graças à associação de elementos com diferentes linguagens.

Considerando que a semiótica possibilita análises que permitem compreender como os discursos são construídos, como estabelecem representações e processos de identificação⁵ dos sujeitos, justificamos nossa opção teórica. Hall (2004, p. 71) defende que todas as identidades estão localizadas em espaço e tempo simbólicos, sendo que “a moldagem e a remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas”.

É preciso, ainda, considerar que, na análise de um texto, não interessa a figura ou o tema isolados. Isso significa que, para achar o tema que dá sentido às figuras ou o tema geral que unifica os temas disseminados num discurso temático, é necessário apreender os encadeamentos das figuras ou dos temas, isto é, os percursos figurativos ou temáticos.

Segundo Fiorin (1989, p.91), *figuras* são termos que remetem a elementos do mundo natural (efetivamente existente ou construído

como tal): árvore, sol, correr, brincar, vermelho, etc., enquanto *temas* são categorias que organizam, classificam, ordenam esses elementos: elegância, vergonha, orgulho, etc. Os temas e as figuras encadeiam-se, isto é, articulam-se em percursos podendo um dado texto ficar apenas no nível temático (textos científicos e filosóficos, por exemplo) ou ser revestido por figuras (textos literários, em geral, criam, assim, simulacros de realidade). Isso quer dizer que todos os textos passam por um primeiro nível de tematização, podendo (ou não) ser figurativizados.

Em nosso *corpus*, a imagem apresenta um homem de aparência jovem e traços, possivelmente, de alguma etnia indígena; que sorri e está dividido, verticalmente, ao meio. De um lado, o jovem usa traje de fibras de buriti, típico da etnia Terena, adereços no braço e pescoço, pintura no rosto e cocar na cabeça. Do outro lado do corpo, veste terno e gravata e segura um computador portátil, como exposto no texto não-verbal. Ao lado direito, encontramos o texto verbal, que para uma melhor visualização reproduzimos na sequência.

Reprodução do texto verbal:

Dividido, sem saber ao certo se mantém vivas suas tradições, permanecendo tutelado, ou adaptando-se à sociedade em geral com todas as suas novas tecnologias, o índio de MS vive um conflito. A grande maioria ainda depende de políticas públicas que, nem sempre, chegam às aldeias. Outros querem conquistar a independência, fazer sua própria história, sem parar no tempo, e sem se envolver com disputas que, nem sempre, representam efetivamente a sua vontade (CORREIO DO ESTADO, 2009).

A escolha da semântica discursiva como recurso para esta análise se dá em virtude do caráter mais específico e complexo das estruturas discursivas, que na visão de Barros (1988, p. 115) são mais “enriquecidas que as estruturas narrativas e fundamentais”. São elementos da semântica estrutural: a tematização, a figurativização,



Figura 1 – Capa de suplemento especial veiculado pelo Jornal Correio do Estado, na edição de 14 de Dezembro de 2009

a isotopia e a coerência textual. É importante atentar para a tematização e a figurativização do texto, porque, conforme examina Barros (op. cit, p. 115), “os valores disseminam-se, sob a forma de temas, em percursos temáticos e recebem investimento figurativo, no nível discursivo”, ou seja, compete à figurativização acrescentar o sentido previsto na conversão do narrativo ao discursivo.

Com a finalidade de criar efeitos de realidade, o sujeito da enunciação se vale da tematização e da figurativização. Assim, busca desenvolver um discurso de coerência semântica e garantir a relação entre mundo e discurso. Barros (op. cit, p. 92) explica que “o enunciador coloca-se como destinador-manipulador, responsável pelos valores do discurso e capaz de levar o enunciatário, a crer e fazer. O fazer manipulador realiza-se no e pelo discurso, como um fazer persuasivo”.

Segundo Greimas, o enunciador constroi discursos que criam efeitos de sentido de verdade ou de falsidade, mas não elabora discursos, de fato, verdadeiros ou falsos. O que parece ser verdadeiro, no texto, é interpretado como ser verdadeiro, a partir do chamado “contrato de veridicção assumido” (BARROS, op. cit, p. 94).

Na construção do discurso, o enunciador do texto se utiliza de estratégias textuais e discursivas para o estabelecimento de pessoa, tempo e espaço. Conforme sustenta Barros (2005, p. 54), “estudar as projeções da enunciação é, por conseguinte, verificar quais são os procedimentos utilizados para construir o discurso e quais os efeitos de sentido fabricados pelos mecanismos escolhidos”. Como nossa análise, centra-se nos aspectos da tematização e figurativização, julgamos, ainda, pertinente, mencionar que “denomina-se figuração a instalação pura e simples das figuras semióticas, ou seja, a passagem do tema à figura, e *iconização*, seu revestimento exaustivo com a finalidade de produzir ilusão referencial” (BARROS, op. cit, p. 117).

Dessa forma, buscando estabelecer uma relação entre a língua e a realidade⁶, encontramos no texto em análise, o tema da divisão ou fragmentação da identidade indígena, ora presa ao passado, ora

atraída pelo presente. A escolha das isotopias, definidas, por Barros (op. cit, p. 24), como “a reiteração discursiva dos temas e a redundância das figuras, quando ocupam a dimensão total do discurso”, possibilita um simulacro negativo da identidade indígena. Afinal, trata-se de um índio tutelado, que não se adaptou inteiramente à sociedade e depende de políticas públicas, representando assim um problema para o Estado.

Considerando que a finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado, nota-se, ainda, ser possível perceber pela fotomontagem, o estabelecimento de uma relação semissimbólica. As categorias semânticas de oposição passado *vs* presente/futuro, do plano de conteúdo são representadas pelas categorias tradicional (uso de adornos indígenas tradicionais) *vs* moderno (uso de traje social e porte de computador - equipamento que conecta o indivíduo ao mundo moderno), no plano de expressão.

A figurativização central da fotomontagem revela um espaço duplo. Mais especificamente, trata-se de dois espaços, que não se misturam, de modo algum. Um começa onde termina o outro. Isso nos leva a crer em um deslocamento vivido pelo indígena representado.

Diferente do sujeito das múltiplas identidades, apontado pelos estudos culturais, o sujeito apresentado em nosso corpus (na fotomontagem) demonstra ser possuidor de duas identidades apenas. Essas coexistem, não impedindo que o índio esboce um sorriso, ou seja, parece não constituir motivo de tristeza ou frustração.

No entanto, o tema conflito pode ser apreendido por meio das figuras apresentadas no enunciado verbal escrito. Vejamos:

“sem saber ao certo se mantém vivas suas tradições”,
“permanecendo tutelado”,
“adaptando-se à sociedade em geral com todas as suas novas tecnologias”,
“a grande maioria ainda depende de políticas públicas”.

Nesses recortes, denota-se uma situação de impasse para a “sociedade em geral” (a qual o índio não se adaptou por inteiro) e para o poder público (do qual o índio depende).

O enunciado “sem parar no tempo” produz a imagem do indígena que quer se modernizar, pois “parar” denota ficar para trás, não avançar.

As afirmações de Batistote (2012, p. 195) ajudam na análise do enunciado “sem se envolver com disputas”, pois temos aí a produção de um efeito de sentido que remete ao fato de não entrar em conflito pela disputa de terras. A autora menciona que os grupos indígenas brasileiros comecem a ficar sem suas terras, e a perda de territórios passa a ser acompanhada da ausência de condições de subsistência, de traços culturais, da autonomia.

E, ainda, destacamos o enunciado mais amplamente apresentado ao final “sem se envolver com disputas que, nem sempre, representam efetivamente a sua vontade” cujo efeito de sentido produzido denota decisões tomadas mesmo sem virem ao encontro da vontade do indígena, o que o apresenta, pois, como um sujeito “sem vontade”, dominado pelo querer do outro. Dessa forma, compreendendo a noção de estereótipo como uma “imagem coletiva congelada considerada sob o ângulo da pejoração” (AMOSSY & PIERROT, 1997, p. 69), é possível apreender, a incorporação do sentido que se produz no enunciado “nem sempre, representam efetivamente a sua vontade”.

A partir das análises, percebemos que a escrita se encontra e se constrói no entrecruzamento de duas práticas distintas: a jornalística e a histórica. A prática midiática deve, em princípio, apurar os fatos, checar as fontes, considerar as versões conflitantes e contrapor opiniões divergentes; tomar uma distância tal que possa ter uma visão geral e, ao mesmo tempo, profunda dos fatos. Sabemos, no entanto, que a prática jornalística se caracteriza pelo emprego de estratégias que promovem uma construção da realidade no e pelo discurso. Discurso que, por sua vez, se caracteriza por um não-

distanciamento temporal, supostamente necessário, do acontecimento que está sendo narrado-apresentado. O tempo que a história imediata narra-apresenta ainda está em curso. É o tempo do presente, que se apresenta como uma lacuna entre o passado e o futuro. Nessa perspectiva, a reflexão sobre os acontecimentos presentes permite fazer que o passado retorne, seja reinterpretado e novas significações sejam encontradas.

O índio, para nós brasileiros, não é o “outro” distante, do outro continente; o índio é o próximo. O índio somos nós. Estamos assim mergulhados em um cotidiano em que o político, o identitário e o científico se entrelaçam continuamente, em suas relações. O tema que permeia o discurso em questão retrata a realidade vivenciada, no passado e no presente, não apenas pela sociedade indígena, mas também pela sociedade do branco.

Segundo Gregolin (2000, p.19), o discurso – língua colocada em prática no trabalho simbólico – é determinado pela História, razão pela qual o sentido não está fixado como essência nas palavras. Verificamos ser possível encontrar no texto, como uma unidade, ao mesmo tempo linguística, sincrética e histórica, a construção de sentidos veiculados pela mídia. Recorremos, pois, a De Certeau (2002, p.56), historiador que, a partir dos meados de 1950, adota um novo olhar para a História, indicando que os fatos históricos acontecem porque, antes de existirem enquanto acontecimento, muitos pensamentos e ações – os homens mesmo – no seu dia-a-dia, no cotidiano, estiveram presentes para que aquele acontecimento ocorresse, existiriam em sintoma na sociedade.

Na compreensão dos mecanismos de interpretação reconhecemos as figurações da História e o papel da memória na legibilidade do sincretismo textual. O leitor é interpelado a interpretar a História como se ela estivesse acontecendo diante do seu olhar. Cria-se, pelo instantâneo, a ilusão do fluir histórico e, conseqüentemente, a certeza ilusória de que se está acompanhando a História-em-curso.

Depreende-se que a prática midiática se constitui de traços históricos que trazem a repetição de certa ideologia, produzindo um determinado modo de funcionamento e estratégias enunciativas que nos leva a crer no acontecimento, pois produz o efeito de sentido de expressão da verdade do acontecimento e não como uma construção de sentido particular.

Para um efeito de fim

Vale destacar que não buscamos a exaustividade, uma vez que este trabalho não tem como objetivo uma completa e incontestável análise de todos os níveis do percurso gerativo de sentido do texto observado. Desse modo, abre caminho para reflexões sobre a construção das identidades do indígena sul-mato-grossense. Para tanto a ampliação do *corpus* se apresenta como necessária, afinal como propõe Barros (1988, p. 94), “só quando um discurso é inserido no contexto de outros textos, podem-se perceber os procedimentos graças aos quais o enunciador o fez parecer verdadeiro”. Assim sendo, aceitar ou recusar o discurso só é possível “no confronto com discursos localizados em formações ideológicas contrárias ou contraditórias” (BARROS, 1988, p. 94).

Para dar continuidade a este estudo, portanto, será interessante somar à análise presente, outras apreciações, desta vez de discursos oriundos de sujeitos com amplo conhecimento das questões indígenas ou, para ser mais rico, de sujeitos propriamente indígenas; que venham a contrapor os efeitos de sentido ora produzidos.

No entanto, por ora, suspendemos nossa escrita e deixamos registrado que a partir das análises aqui apresentadas, encontramos por meio dos conceitos de figurativização e tematização, um sujeito indígena cindido, em que a submissão, o conformismo, a assimilação acabam representando indivíduos que internalizam como legítimas inovações advindas da modernidade.

E, considerando que os sujeitos históricos se identificam ou não como cidadãos no campo simbólico, percebe-se a construção da identidade social do índio de forma estereotipada, ao buscar formar uma percepção que impõe certo caráter nas informações do nosso sentido ao rotular a evidência.

Questões como essas dizem respeito à nossa identidade enquanto povo e ao destino desses outros povos, a partir dos quais nos formamos e que insistimos, até hoje, em esquecer, abandonar, rotular ou até mesmo destruir. Ampliar trabalhos conjuntos, temáticos, voltados para um *corpus* específico, possibilita uma melhor compreensão da nossa história, do nosso imaginário e, conseqüentemente, das relações existentes entre discurso, interioridades e exterioridades.

No texto sincrético, objeto de nossa análise, podemos observar o esforço em constituir um caráter que conjuga natural e cultural, característico do ser humano, contudo a sobreposição de imagens não oferece uma explicação consistente, e o mosaico formado, acaba por revelar o falso absolutismo do estereótipo.

Por fim, pretendemos mostrar que as categorias utilizadas acima são não apenas produtivas na construção de sentidos de um texto, mas também – e apesar da metalinguagem – acessíveis a qualquer leitor, mesmo àquele pouco ou nada familiarizado com a teoria semiótica.

Referências

AGAMBEN, G. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. [Trad. Henrique Burgio]. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2002.

AMOSSY, R.; PIERROT, A.H. **Stéréotypes et clichés**. Paris: Éditions Nathan, 1997.

BARROS, D. L. P. **Teoria do discurso**: fundamentos semióticos. 1 edição. São Paulo: Atual, 1988.

- _____. **Teoria semiótica do texto**. 4ed. São Paulo: Ática, 2005.
- BATISTOTE, M. L. F. **Semiótica francesa: busca de sentido em narrativas míticas**. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2012.
- BRAND, A. J. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá Guarani: os difíceis caminhos da palavra**. Tese de Doutorado em História (PUC/RS), 1997.
- _____; NASCIMENTO, A. C.; URQUIZA, A. H. Os povos indígenas nas instituições de educação superior: a experiência do projeto Rede de Saberes. In: LÓPEZ, L. E. **Interculturalidad, educación y ciudadanía**. Perspectivas latino-americanas. La Paz: Plural, 2009, p. 377-395.
- CORREIO DO ESTADO, Jornal. **Suplemento especial O índio no século 21**. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 14 de Dezembro de 2009.
- DE CERTEAU, M. **A escrita da história**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- DIAS, E.; PINTO, M. Uma leitura semiótica do texto: “a cor da discórdia”. In: VIEIRA, J. A.; SILVA, D. E. G. **Práticas de análise do discurso**. Brasília: Plano – Oficina editorial do Instituto de Letras, UnB, 2003.
- FIORIN, J. L. Sendas e veredas da Semiótica Narrativa e Discursiva. **Delta – Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v.15, n. 1, p. 177-207, 1999.
- _____. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. **A noção de texto na semiótica**. São Paulo: FFLCH-USP, 1994.
- GREGOLIN, M. R. V. Recitações de mitos: a história na lente da mídia. In: _____(org.). **Filigranas do discurso: as vozes da história**. São Paulo/Araraquara: Acadêmica FCL/UNESP, 2000.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage**. Paris: Hachette, 1993. v. 1.
- GUIMARÃES, E. R. J. **Semântica do acontecimento**. 2.ed. Campinas: Pontes, 2005.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. [Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro]. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- LIMBERTI, R. A categorização da educação como trabalho: um desafio ao professor da escola indígena. In: PEREIRA, M. C. (org.). **Bilinguismo**,

discurso e política linguística. Cuiabá: Liz; Dourados: UFGD, 2012.

SILVA, T. T. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: SILVA, T. T. **Alienígenas na sala de aula:** uma introdução aos estudos culturais em educação. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

Notas

³ Disponível em www.ibge.gov.br.

⁴ Trata-se do “Relatório da comissão de lideranças da Aty Guasu, após ouvir e ver a comunidade Guarani e Kaiowá de Passo Piraju – Dourados – MS”, elaborado pela Assembleia dos Guarani, nomeada *Aty Guasu* (termo da língua guarani, que pode ser traduzido como “grande assembleia”). Documento disponível em <https://www.facebook.com/notes/aty-guasu/relat%C3%B3rio-da-comiss%C3%A3o-de-lideran%C3%A7as-da-aty-guasu-apos-ouvir-e-ver-a-comunidade-g/304885402962601>.

⁵ Entende-se identificação, no sentido apontado por Hall (2004, p. 39), como um processo em andamento, no qual “a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*”.

⁶ Entende-se realidade, no sentido apontado por Guimarães (2005, p. 11-2), como as condições sócio-históricas de um determinado grupo ou sociedade, na qual funcionam determinadas divisões sociais em função da diferença simbólica (de sentido, ideológica) existente entre os sujeitos que a constituem.